

A profissão docente e o cotidiano escolar: questões reflexivas e dilemas éticos da Educação Especial e Inclusiva

Marisa Aparecida Pereira Santos

Doutora em Educação. Professora Titular do Departamento de Ciências Humanas da Universidade Sagrado Coração – Bauru.

Carmen Maria Bueno Neme

Livre-docente em Psicologia Clínica. Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem da Unesp – Bauru

Nesta disciplina, discutimos princípios éticos que devem nortear a conduta humana, especialmente a do educador, dada a natureza de sua profissão. Retomando alguns conceitos-chave abordados na primeira parte desta disciplina, consideramos pertinente, agora, pensar no professor, na escola e em seu cotidiano. A escola, assim como outras instituições e espaços sociais, é permeada por situações que evidentemente ferem os direitos humanos básicos, além de outras que representam problemas éticos ou morais, para os quais não temos uma resposta pronta, pois são complexos e exigem reflexões.

Sendo assim, convidamos você a refletir sobre alguns dilemas éticos que se colocam em diferentes contextos sociais e no cotidiano da escola pública.

O que são dilemas éticos e morais?

Os dilemas éticos estão presentes na história da humanidade, pois dependem de nossas ações e escolhas. Eles são mais ou menos relevantes dependendo do contexto e do momento histórico em que aparecem. As situações conflitantes se revelam quando se analisa os diferentes pontos de vista a seu respeito ou quando uma situação pode ser defendida por diferentes pontos de vista, muitas vezes radicalmente diferentes.

A sociedade contemporânea vem se deparando com inúmeros dilemas éticos, oriundos, em sua maioria, do desenvolvimento científico e tecnológico. Por exemplo: a possibilidade da clonagem de animais e de seres humanos, a eutanásia, o aborto, o destino dos embriões que sobram nos processos de fertilização artificial humana, o Projeto Genoma Humano e a medicina

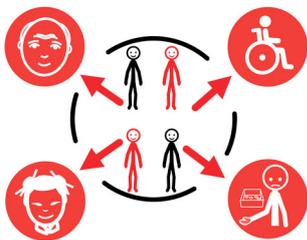
preditiva, dentre outros dilemas éticos ou bioéticos envolvidos em pesquisas com animais e seres humanos.

Há também outros tipos de dilemas que, muitas vezes, são acrescidos de questões legais e morais, tais como: uma mãe que rouba alimentos num supermercado para saciar a fome de um filho; um pai de família que recorre à mentira para poder faltar ao trabalho e cuidar de um familiar enfermo, pois se disser a verdade não conseguirá faltar sem sanções da empresa em que trabalha; a redução da idade penal; o trabalho de menores de idade, dentre outros.

Tais dilemas aparecem na mídia e podem surgir na escola como temas a serem debatidos com os alunos, inseridos em diferentes conteúdos em sala de aula. Além disso, o cotidiano escolar está repleto de dilemas éticos e/ou morais que residem no próprio contexto e dinâmica das relações humanas na escola. Analise e reflita sobre esta situação:

Um aluno quebra uma carteira na sala de aula. A professora pergunta quem foi e avisa que caso o responsável não se identifique toda a classe sofrerá as consequências. Um grupo de alunos sabe quem foi o causador dos estragos, mas temendo ser considerado “dedo duro” ou “traidor”, silencia. Toda a classe foi castigada. O que acha da postura da professora? E a do grupo de alunos que silenciou?

A luta por direitos igualitários na sociedade, e conseqüentemente nas escolas, para as pessoas com deficiência não é recente. Porém, tais direitos têm sido desiguais quanto ao acesso à educação de qualidade, necessária para o desenvolvimento e cidadania da pessoa com deficiência. Ser cidadão é ter o direito de ser Homem, pertencendo à humanidade. A cidadania só tem sentido se for universal.



Uma sociedade pode ser considerada ética quando exclui de sua convivência alguma parcela da população?

O processo discriminatório entre os alunos pode estar visível ou implícito nos atos profissionais e pedagógicos da prática docente, evidenciando posturas baseadas em crenças e valores, sem qualquer fundamentação científica e impregnadas de preconceitos que impedem a aceitação das pessoas tal como elas são.

O preconceito, a discriminação e a intolerância são atitudes inaceitáveis, pois ignoram os valores éticos fundamentais, geram sofrimento aos que são discriminados e destroem os princípios básicos dos direitos humanos e da convivência social digna e cidadã.

Quantas vezes você, individualmente ou junto de seus colegas, deparou-se com situações que feriam os direitos humanos fundamentais de alguém e caracterizavam um claro desrespeito aos valores éticos essenciais, no contexto de sua escola?

Há muitos dilemas éticos que se colocam no cotidiano escolar e com os quais professores, alunos e comunidade se defrontam quando abordamos a educação do público-alvo da Educação Especial. Reflita sobre esta questão:

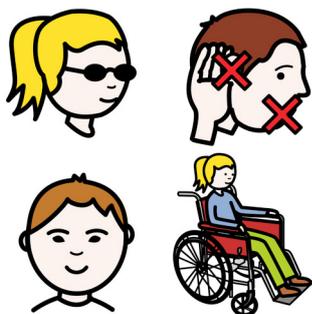


Como deve proceder uma professora quando programa uma visita com seus alunos a um museu, ou outro local conveniado com a escola, e se defronta com a inacessibilidade de um de seus alunos com deficiência? Cancelar o programa? Deixar o aluno com deficiência na escola realizando outra atividade?

Embora a legislação brasileira afirme a necessidade da infraestrutura escolar adequada aos princípios da inclusão, refletindo o respeito aos alunos com diferentes tipos de necessidades especiais, sabemos das dificuldades que ainda impedem o real acesso de todos os alunos aos espaços e atividades escolares, apesar da boa vontade e dedicação de professores e demais funcionários. Destacamos algumas questões que podem resultar em dilemas éticos com os quais a comunidade escolar se defronta:

- Estudantes com deficiência encontram barreiras na escola que os impedem de ter acesso à sala de aula, ao pátio ou ao banheiro com autonomia?
- A tecnologia digital tem sido disponibilizada aos estudantes com deficiência possibilitando o ganho em autonomia, em rapidez e equiparando oportunidades ou tem sido utilizada para a realização de atividades diferenciadas e lúdicas?
- A tecnologia digital tem oportunizado ao estudante cego escrever e ler os textos digitalizados usando o leitor de tela, sem necessitar da ajuda de outros?

Sabemos que processos de transformação social, mesmo que já contemplados em lei, são morosos. Estamos cientes, assim, das dificuldades que as escolas ainda enfrentam para realmente incluir alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades ou superdotação, tendo em vista as inadequações ambientais, a escassez de instrumentos e recursos educacionais diferenciados e as dificuldades quanto aos recursos humanos necessários, dentre outros.



Considerando tal realidade, qual deveria ser a atitude do professor que recebe em sua sala de aula um ou mais alunos que dependem de recursos diferenciados, ainda inexistentes ou escassos na escola, para a real participação/inclusão destes alunos?

Ao se assumir a meta da inclusão escolar do estudante público-alvo da educação especial, é necessário avançar na questão da organização ambiental, viabilizando a garantia de que a pessoa com deficiência possa, de fato, ter acesso a todos os recursos da comunidade. Além disso, é preciso investir na formação de professores e na erradicação de alguns males que não são exclusivos da escola, mas muito comuns nesse espaço, como o *bullying*, do qual a minoria (como crianças e adolescentes com deficiência) é alvo frequente.

O *bullying*, tal como já abordamos, é um claro demonstrativo da intolerância quanto às diferenças, do preconceito e do tratamento indigno dirigido a um ser humano, caracterizando-se como uma séria forma de violência social. As vítimas, em geral, são pessoas vistas como "diferentes" por qualquer razão e, por este motivo, são agredidas fisicamente ou moralmente.



Você já testemunhou a ocorrência de *bullying* em sua escola? Já foi vítima dessa forma de violência? Já o praticou? Já o testemunhou em outros contextos? O que pensa e sente a respeito? Norteado pelos preceitos éticos e pela consciência de suas responsabilidades profissionais, reflita sobre qual deveria ser a atitude do professor que observa a prática de *bullying* e o que a comunidade escolar pode fazer para prevenir ou erradicar este mal.

Como construir consciências éticas, sensibilizando-as e preparando-as quanto ao respeito às diferenças?

Consideramos que é no cotidiano escolar, nas relações que se desenvolvem neste espaço educacional, que se podem criar consciências éticas e exercitar valores e direitos humanos básicos, imprescindíveis à construção da cidadania e à formação de pessoas responsáveis e comprometidas com o bem comum. O levantamento e a discussão de questões e dilemas éticos com os alunos é um excelente caminho para formar consciências éticas na escola. Isso pode ser feito por meio de atividades que busquem: identificar os próprios valores, discutindo-os com os colegas; exercitar a atitude de respeito às opiniões e comportamentos alheios, desenvolvendo a tolerância frente a valores ou posturas diferentes; praticar o diálogo racional e a troca de opiniões sobre pontos de vista distintos; desenvolver a chamada “inteligência emocional”, integrando pensamentos, sentimentos e emoções na resolução de conflitos; pensar sobre as próprias condutas refletindo sobre a complexidade das condutas humanas; desenvolver a capacidade de empatia, buscando colocar-se no lugar do outro, entre outros objetivos.

A conquista da cidadania, ideal máximo dos direitos humanos, realiza-se nas pequenas atividades e relações do cotidiano escolar. Passa pelo autoconhecimento, pelo reconhecimento e respeito às diferenças individuais e pelo combate aos preconceitos e às discriminações. É por meio do real exercício de direitos e deveres de todos e da ação responsável e comprometida com o coletivo da escola que se pode obter o cumprimento de regras e de normas de convivência. Dessa forma é que se pode construir coletivamente a consciência e a prática do respeito aos direitos dos estudantes com necessidades especiais no cenário escolar.

Paulo Freire (1996), em sua reconhecida sabedoria, mostra a importância do papel da escola e do professor no que diz respeito ao ensino e difusão dos valores éticos. Para ele, o professor não apenas ensina conteúdos, mas deve ensinar o aluno a “pensar certo”, ou seja, a compreender o mundo com uma visão ética, podendo perceber o que é bom, digno e belo. Paulo Freire reafirma a indissociável relação entre Educação e Ética, existente desde os antigos filósofos gregos e cada vez mais necessária no mundo contemporâneo.

A dimensão educativa da escola se dá especialmente pela qualidade das relações humanas que ela propicia entre os alunos, seus pares e todos os componentes da equipe escolar. Quando pensamos na Educação Especial e Inclusiva, mais importante ainda se tornam as atitudes e valores evidenciados e disseminados nas relações humanas presentes na escola. Nesse contexto, o *professor* é fundamentalmente um difusor de valores, mesmo que isso não esteja explícito para ele. Por essa razão, é urgente que a reflexão e o debate acerca do papel da escola para a preservação dos direitos humanos estejam, de fato, consolidados e se reflitam em todas as ações e decisões da escola. As reflexões e ações éticas e a difusão dos direitos humanos devem impregnar o ensino de todas as disciplinas e relações escolares em seu dia a dia, deixando de ser apenas um conteúdo transversal, muitas vezes pouco valorizado.



Refleta...

De que forma um professor dissemina seus valores entre os alunos?

Como nossos valores são transmitidos de forma implícita para as crianças e adolescentes?

Quando se aborda a questão dos direitos humanos, é importante lembrar que a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, consagra a cidadania como valor básico que deve nortear a ordenação e a construção do mundo e as relações sociais em todas as esferas da ação e existência humana, numa luta contra a discriminação, defendendo a igualdade dos direitos inalienáveis de todo ser humano, como a dignidade, a liberdade, a fraternidade e a justiça. Este é um ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade se esforcem por meio *do ensino e da educação* por promover o respeito a esses direitos. Sendo assim, reflita:

Se a educação deve reforçar os Direitos Humanos e favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade, tal como se ressalta na Declaração Universal dos Direitos Humanos, será que ela pode se organizar fora dos valores que permeiam a inclusão escolar? Como se poderia conhecer e compreender o outro limitando o convívio com as diferenças?

Ressalta-se que o documento da ONU deixa claro que é *por meio do ensino e da educação* que se pode promover o respeito aos direitos e liberdade do ser humano. Quanto a essa afirmativa, convidamos você a refletir:

Seria possível se pensar em difundir os direitos humanos fundamentais e seus valores éticos como liberdade, igualdade e fraternidade sem a educação inclusiva?

O concreto reconhecimento da diferença significa o direito à inclusão escolar para todos, o que depende da escola e da sociedade. Aranha (2001) afirma que o acesso imediato e contínuo das pessoas com deficiência na vida em sociedade depende do reconhecimento e aceitação da diversidade na vida no espaço social, garantindo a elas a igualdade de oportunidades.

Deve-se salientar ainda a importante contribuição da comunidade escolar para a identificação de noções e crenças estigmatizantes e preconceituosas que ainda permeiam a sociedade e o próprio universo escolar. As escolas, como instituições formadoras voltadas para a constituição de sujeitos sociais com compromisso com a cidadania, têm que apresentar propostas que coloquem em análise as relações, suas práticas, as informações e os valores que veicula.

Com base na afirmação acima, reflita:



Como a equipe escolar pode proceder para analisar suas práticas e relações interpessoais no dia a dia, identificando os valores que se refletem em tais práticas e relações? Pense nas relações cotidianas entre todos que fazem parte da equipe da escola e entre estes e os pais dos alunos. Quais os valores que norteiam essas relações? Quais são as reais atitudes das pessoas, na escola, sobre a educação inclusiva? Refletem desinformação, dúvidas ou preconceitos?

Aranha (2001) alerta para o perigo do emprego da palavra “inclusão”. Por ser amplamente utilizada atualmente, pode se transformar num simples modismo, sem alterar, de fato, a diferença de concepção entre o paradigma anterior, da “integração” (cujo foco era o aluno com deficiência e intervenções eram realizadas com o objetivo de aproximá-lo do “normal”) e o paradigma atual, da “inclusão” (que realiza intervenções para garantir o melhor desenvolvimento da pessoa com deficiência e condições necessárias para que tenham real acesso e inserção social).

Então, vale perguntar: será que a escola e sua equipe, bem como a comunidade a que pertence, estão cientes de que:

- respeitar a diversidade e as diferenças significa dizer respeitar a todos os seres humanos indistintamente, já que todos somos diferentes?
- que não há um “modelo” em relação ao qual a pessoa considerada “diferente” deva ser comparada?
- que cada ser humano tem suas peculiaridades e que, se não está causando danos aos outros ou à sociedade, deve ser respeitado em sua singularidade?

Uma das dificuldades frequentemente apontadas pelos professores quando se discutem problemas relacionados ao processo de inclusão escolar, refere-se à questão de sua formação, considerada insuficiente para lidar com a realidade e ensinar alunos com necessidades específicas, já que não foram preparados previamente para esta tarefa. É importante lembrar que as conquistas e transformações sociais não ocorrem de maneira planejada ou “ordenada”. Elas ocorrem de maneira dinâmica e dialética, de forma que, a cada avanço, novas dificuldades ou desafios se apresentam, exigindo novas respostas, novas atitudes e novas reformulações em nossos conceitos, teorias e práticas. Por essa razão é que os profissionais de quaisquer áreas do conhecimento humano nunca podem parar de estudar e de aprimorar sua formação, pois tudo muda com o tempo, exigindo sempre novas soluções para novas realidades.

Ressaltamos também que é na prática e na reflexão sobre esta prática que podemos construir novos conhecimentos e aprender novas habilidades, à medida que enfrentamos os desafios que se colocam diante de nós. O que dizer, por exemplo, de um médico que se recusa

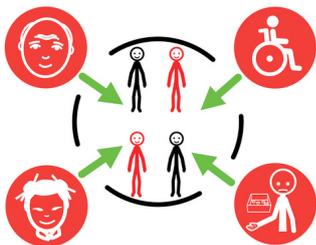
a atender um paciente porque ele apresenta um tipo de doença desconhecida, para a qual ainda não se sabe qual seria a solução? Sua recusa não seria somente uma atitude desumana e antiética diante deste paciente, mas também traria consequências danosas à comunidade científica e à humanidade, pois deixaríamos de desenvolver novos conhecimentos e de ter a chance de descobrir alternativas de tratamento para este tipo de doença.

Da mesma forma, é no enfrentamento dos novos desafios colocados pela Educação Especial e Inclusiva que o professor, buscando cursos de formação e aprimoramento, compartilhando suas dúvidas e inseguranças com os colegas e profissionais da área, solicitando os recursos dos quais necessita e fazendo o melhor que seus conhecimentos lhe vão permitindo, vai adquirir novas habilidades e competências para responder de forma satisfatória a estas novas demandas.



A concretização de uma educação pública, de fato inclusiva, é uma condição fundamental para que possamos considerar nossa sociedade como moral, ética e democrática.

A inclusão é positiva para todos, pois a comunidade se torna um espaço mais democrático e os estudantes público-alvo da Educação Especial têm a oportunidade de vivenciar as riquezas do cotidiano escolar e de conviver com outros estudantes com quem podem muito aprender. Todos ganham ao experienciar a diversidade, respeitando as diferenças e se tornando menos egocêntricos e afetivamente mais maduros. Os pais e famílias ganham por poderem ver seus filhos como cidadãos com direitos como os demais. À escola e aos educadores a inclusão possibilita que exercitem o conhecimento e a prática, assumindo um desafio humano e ético de maior relevância histórica e social (NEME, 2010).



Você considera que em sua escola as pessoas estão convencidas da necessidade e dos benefícios da inclusão escolar? Os alunos sem deficiências e suas famílias estão sendo conscientizados quanto ao sentido e benefícios do processo de inclusão escolar?

A intolerância quanto às diferenças gera crueldade e violências imprevisíveis. É preciso formar estudantes capazes de se colocar no lugar do outro. Todo e qualquer conteúdo ensinado, em quaisquer das disciplinas curriculares, pode ser criativamente trabalhado, de forma que os valores éticos fundamentais e os direitos humanos universais estejam presentes e sejam evidenciados. É no enfrentamento dos desafios da prática, num processo de ação-reflexão-ação (práxis) que o professor estará contribuindo para a emergência de um mundo melhor, mais humano e mais ético, no qual os direitos humanos são marcos reguladores das relações em todos os níveis e contextos sociais.

Referências

ARANHA, M. S. F. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. *Revista do Ministério Público do Trabalho*. Ano XI, n. 21, p. 160-173, mar. 2001.

CLIMACO, J. C. Direitos Humanos, invisibilidade e educação especial. *SER Social*, Brasília, v. 12, n. 27, p. 214-232, jul.-dez. 2010.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

NEME, C. M. B. A Ética, o professor e a educação inclusiva. In: CAPELLINI, V. L. M. F.; RODRIGUES, O. M. P. (Orgs.). Marcos históricos, conceituais, legais e éticos da educação inclusiva. *Formação de Professores na Perspectiva da Educação Inclusiva*. v. 2. Bauru: UNESP/FC/MEC, 2010, p. 111-153.

Crédito das ilustrações

Os símbolos pictográficos “discriminar_1” (p. 2); “dependente” (p. 3); “deficiente” (p. 4); “agredir_8” (p. 4); “associação escolar” (p. 6); “reunião_1” (p. 7); “direitos” (p. 8); “incluir_1” (p. 8) utilizados no texto são propriedade de CATEDU (<http://catedu.es/arasaac/>) sob a licença Creative Commons (CC [BY-NC-SA]) e foram criados por Sergio Palao.